



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO PGE-RJ Nº 20/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, QUE TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL, APLICAÇÃO DE REAJUSTE, ALTERAÇÃO QUANTITATIVA (SUPRESSÃO) DO OBJETO E RETIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DO 2º TERMO DE ADITAMENTO, NA FORMA ABAIXO:

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pela **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO/FUNPERJ**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.778.206/0001-59, com sede situada na Rua do Carmo, 27, Centro, Rio de Janeiro, RJ, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Procurador-Geral do Estado, Dr. Bruno Dubeux, e o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI**, situado na Avenida Graça Aranha, nº. 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20.030-002, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.851.171/0001-12, daqui por diante denominado **CONTRATADO**, representado neste ato pelo Sr. Alexandre dos Reis, Diretor Executivo, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, domiciliado na [REDAZIDA], portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDA] e inscrito no CPF/MF sob o nº [REDAZIDA], resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, APLICAÇÃO DE REAJUSTE, ALTERAÇÃO QUANTITATIVA (SUPRESSÃO) DO OBJETO E RETIFICAÇÃO DE CLÁUSULA DO 2º TERMO DE ADITAMENTO, REFERENTE AO CONTRATO PGE-RJ nº 20/2021, com fundamento nos arts. 57, inciso II, 55, inciso III e 65, inciso II, e seu §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, e na contratação direta por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, tendo em vista o contido no processo administrativo nº. **SEI-140001/007400/2021**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA (Do Objeto)

Constituem objeto do presente instrumento:

a) a **prorrogação do prazo** de vigência do Contrato PGE-RJ nº 20/2021, relativo à prestação de serviços especializados de execução de programas de Saúde Ocupacional direcionados aos Procuradores, Servidores, Estagiários e Residentes da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro/PGE-RJ, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Segunda, Parágrafo Único do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

b) a **concessão do reajuste** contratual, com fundamento no art. 55 inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, e na Cláusula Nona, Parágrafo Oitavo do contrato;

c) a **alteração quantitativa** do contrato com a **supressão de quantidade de atendimento mensal**, com fundamento art. 65, inciso II, e seu § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, havendo plena concordância das partes, para melhor adequação às finalidades de interesse público; e

d) **retificação do percentual de supressão do objeto** contratual constante do parágrafo segundo, da cláusula quarta do 2º Termo de Aditamento ao Contrato PGE-RJ nº 20/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA (Da Prorrogação do Prazo)

Pelo presente instrumento fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais **12 (doze) meses**, com **início em 16 de agosto de 2023** e **término previsto para o dia 15 de agosto de 2024**, dando-se ao contrato o prazo total de **36 (trinta e seis) meses**.

CLÁUSULA TERCEIRA (Do Reajuste)

Fica concedido o reajuste contratual no percentual de **5,596300%** (cinco inteiros, quinhentos e noventa e seis mil e trezentos centésimos de milésimos), referente ao acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no período de **março/2022** a **fevereiro/2023**, com efeitos a partir de **26 de março/2023**.

PARÁGRAFO ÚNICO: A anualidade do reajuste continuará a ser sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

CLÁUSULA QUARTA (Da Alteração)

Convencionam as partes promoverem a seguinte alteração no contrato inicialmente firmado, na forma abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado sofrerá a supressão de 20 (vinte) atendimentos mensais quanto ao serviço de orientação nutricional e de 20 (vinte) atendimentos mensais quanto ao serviço de treino online. Dessa forma, o contrato passa a ter o seguinte quantitativo total de atendimento mensal:

Profissional	Descrição	Quantidade de Atendimento Mensal
Psicólogo	Prestação do Serviço de Assistência Psicossocial	160
Nutricionista	Serviço de Orientação Nutricional	80



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Profissional Especializado em Atividades Físicas	Treino <i>online</i>	80
---	----------------------	----

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração ora firmada resultará no decréscimo do objeto contratual (quantidade de atendimento mensal), no percentual de aproximadamente **4,461%** (quatro inteiros, quatrocentos e sessenta e um décimos de milésimo) do valor inicial atualizado do contrato (RS 560.332,80), na forma do §2º, inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93. O percentual total acumulado do contrato relativo a todas as suas supressões é de **58,297%** (cinquenta e oito inteiros, duzentos e noventa e sete décimos de milésimo).

CLÁUSULA QUINTA (Da Retificação do percentual)

Considerando o erro material ocorrido no parágrafo segundo da Cláusula Quarta do 2º Termo de Aditamento ao Contrato PGE-RJ nº. 20/2021, no qual constou o percentual de supressão do objeto contratual de 58,297% (cinquenta e oito inteiros, duzentos e noventa e sete décimos de milésimo), fica retificado o referido parágrafo, que passa a vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA: DA ALTERAÇÃO

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração ora firmada resultará no decréscimo do objeto contratual (quantidade de atendimento mensal), no percentual de aproximadamente **53,836%** (cinquenta e três inteiros, oitocentos e trinta e seis décimos de milésimo) do valor inicial atualizado do contrato (RS 530.611,20), na forma do §2º, inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA (Da Dotação Orçamentária)

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte	Nota de Empenho
09610.1.03.122.0002.2016	3390.39.82	1.501.230/1.753.232/ 2.501.230/2.753.232	



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas ao exercício de 2024 correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início do referido exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA (Do Pagamento)

Em razão deste Termo Aditivo, o **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO** o valor total de **R\$ 238.995,20** (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), mantendo-se as demais condições de pagamento, de acordo com as condições estipuladas abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento dos valores pretéritos à data da assinatura deste instrumento de aditamento, devidos a título de reajuste do valor do contrato, a partir da ocorrência dos respectivos fatos geradores (26/03/2023 a 15/08/2023), é da ordem de **R\$ 5.331,20** (cinco mil, trezentos e trinta e um reais e vinte centavos), e serão pagos pelo **CONTRATANTE** com base no Contrato aditado, assim calculado:

Mês/Ano	Valor Devido (R\$)
Março/2022 – 5 dias	190,40
Abril/2022	1.142,40
Maiο/2022	1.142,40
Junho/2022	1.142,40
Julho/2022	1.142,40
Agosto/2022 – 15 dias	571,20
Total – R\$	5.331,20

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONTRATANTE** deverá pagar ao **CONTRATADO**, relativamente ao período da **prorrogação do prazo de vigência contratual** no período de **16/08/2023 a 15/08/2024**, o valor total de **R\$ 233.664,00** (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de **R\$ 19.472,00** (dezenove mil, quatrocentos e setenta e dois reais), cada uma delas, em conformidade com os valores constantes do Anexo I deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato)

Dá-se ao termo aditivo o valor de **R\$ 238.995,20** (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), totalizando o contrato o valor de **R\$ 983.626,13** (novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e treze centavos).



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

CLÁUSULA NONA (Da Garantia)

O **CONTRATADO** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data do recebimento da via do termo aditivo assinada, comprovante de garantia contratual no valor de **R\$ 11.949,76** (onze mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos), com prazo de validade de **16/08/2023** a **15/08/2024**, correspondente ao percentual de 5% (cinco inteiros por cento) do valor do Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no §1º do artigo 56 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA (Da Ratificação)

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (Da Publicação e Controle)

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Assinado Eletronicamente

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Bruno Dubeux

Procurador-Geral do Estado

Assinado Eletronicamente

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI

Alexandre dos Reis

Diretor Executivo

Testemunhas:

1) **Nome:** Vanessa Corrêa Carvalho

CPF.:

2) **Nome:** Sebastião de Carvalho Barros

CPF.:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

ANEXO I

(Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato PGE-RJ nº. 20/2021)

Profissional	Descrição	Quantidade de Atendimento Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
Psicólogo	Prestação do Serviço de Assistência Psicossocial.	160	R\$ 69,63	R\$ 11.140,80	R\$ 133.689,60
Nutricionista	Serviço de Orientação Nutricional	80	R\$ 54,45	R\$ 4.356,00	R\$ 52.272,00
Profissional Especializado em Atividades Físicas	Treino <i>online</i>	80	R\$ 49,69	R\$ 3.975,20	R\$ 47.702,40
Valor Total - Mensal				R\$ 19.472,00	
Valor Total – 12 Meses					R\$ 233.664,00

ANEXO II

(Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato PGE-RJ nº. 20/2021)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços especializados de execução de programas de Saúde Ocupacional direcionados aos Procuradores, Servidores, Estagiários e Residentes da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, PGE-RJ conforme especificações deste



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação justifica-se em virtude das competências atribuídas à Assessoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional da Procuradoria Geral do Estado conforme Resolução PGE no. 4.480 de 22 de julho de 2020, art. 5º, das quais se destaca:

VI - desenvolver estudos e projetos de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e promoção da saúde do servidor, programas de controle médico e saúde ocupacional e primeiros socorros;

2.1.1 Não há profissionais em áreas necessárias para atender à demanda em questão, assim como são poucos peritos, cujas atribuições não correspondem ao escopo da contratação, que se refere ao atendimento, ao passo que os peritos existentes possuem as atribuições acima elencadas.

2.2 Também se encontra justificativa na existência de objetivos, estratégias e iniciativas constantes do Plano Estratégico da PGE-RJ para o horizonte de 2030, instituído pela Resolução PGE no. 4.200/2018:

ANEXO V

15. Aprimorar a gestão estratégica de pessoas

15.2. MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHO

Aprimorar o ambiente de trabalho, com ênfase nos programas preventivos de saúde, a partir do estudo de demandas e necessidades fundados na legislação e pesquisa de clima interno.

15.2.1 - Elaborar estudos e apresentar programa de saúde no trabalho.

15.3. OTIMIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Redimensionar e redistribuir os recursos humanos tendo em vista as competências organizacionais necessárias à plena realização dos projetos e



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

das atividades da PGE-RJ, adotando como premissa a distribuição equilibrada da carga de trabalho.

15.3.1 Elaborar e Apresentar Programa de Motivação e Sensibilização.

2.3 Cabe ainda destacar que durante o ano de 2020 a PG-Inova, em conjunto com a Gerência de Recursos Humanos, constatou por meio de oficinas com a participação de Procuradores e Servidores a recorrência de falas que indicaram desmotivação, ansiedade, ausência de senso de pertencimento e frustração, demonstrando ser imperativo o desenvolvimento de ações para propiciar o bem estar no ambiente de trabalho, necessidade reforçada pelo cenário decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A prestação de serviço será realizada na sede da PGE-RJ, bem como nas dependências das Procuradorias Regionais, em espaço adequado disponibilizado pela CONTRATANTE, ou poderão ser prestados de maneira virtual, desde que sejam preenchidos requisitos específicos necessários à prestação do serviço.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO: DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

4.1 A prestação dos serviços para todos os itens será de natureza continuada e estabelecida com base em estimativa de quantitativos de usuários da PGE-RJ.

4.1.1 Prestação do Serviço de Assistência Psicossocial:

4.1.1.1 O serviço a ser contratado consiste em atendimentos com escuta ativa, orientação psicossocial, psicoeducação e encaminhamento dos pacientes, com algum tipo de demanda emocional imediata, auxiliando no desenvolvimento de ajustamentos e organização emocional.

4.1.1.2 Os profissionais que realizarão o atendimento precisam, obrigatoriamente, possuir registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

4.1.1.3 O serviço deverá ser oferecido de segunda-feira a sexta-feira, entre 8h e 17h, mediante agendamento prévio pelo usuário, conforme disponibilidade verificada em calendário virtual, podendo vir a ser realizado, a critério da CONTRATANTE, por Teleatendimento (Online), utilizando de ferramentas de videoconferência.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

4.1.1.4 Caso o serviço seja realizado via Teleatendimento, o usuário deverá receber mensagens com a confirmação do agendamento e com orientações quanto ao consentimento da realização da consulta mediada por tecnologia e o link para atendimento será disponibilizado na confirmação do agendamento, sendo apresentado ao usuário um tutorial com orientações sobre a instalação e uso do aplicativo via web.

4.1.1.5 Devem fazer parte do protocolo de prestação do serviço, cuidados éticos, legais e de segurança da informação, resguardando a privacidade do usuário e segurança dos dados, observando os preceitos estabelecidos pela LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e no caso de o atendimento ser virtual, medidas específicas relacionadas ao teleatendimento devem ser adotadas.

4.1.1.6 Para os casos considerados necessários, deve ser avaliada a morbidade psíquica e emitido parecer especializado para eventual encaminhamento ao Serviço Médico da CONTRATANTE.

4.1.1.7 A CONTRATADA deverá se estruturar para oferecer pelo menos 160 agendamentos mensais considerando os 377 usuários potenciais, quantitativo estimado considerando a adesão projetada para Procuradores e Servidores, conforme estabelecido em Estudo Preliminar, que levou em consideração a autodeclaração de saúde do PNS 2019 – Pesquisa Nacional de Saúde.

4.1.1.8 Cada atendimento deverá ter a duração de 50 min e não poderá haver agendamento de consultas concomitantes.

4.1.1.9 O atendimento deverá ser registrado em prontuário eletrônico próprio da CONTRATADA, resguardando os dados dos usuários utilizando-os exclusivamente para a promoção de sua saúde, sendo qualquer incidente relacionado, imediatamente comunicado à PGE-RJ.

4.1.1.10 Deverão ser emitidos relatórios trimestrais até o 5o (quinto) dia útil, com o número de atendimentos realizados, distribuição por CID-10 e encaminhamento, vedada a identificação nominal das pessoas, a fim de que seja possível à CONTRATADA acompanhar a evolução da saúde de seus Procuradores e Servidores.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

4.1.1.11 Ao final de cada atendimento, o usuário deverá receber e-mail com pesquisa de satisfação, cujo resultado será encaminhado à CONTRATADA.

4.1.2 Serviço de Orientação Nutricional

4.1.2.1 O serviço a ser contratado consiste no atendimento nutricional personalizado a usuário que necessite de orientação dietoterápica, mediante diagnóstico médico feito por profissional de saúde ou para aqueles que desejem adequar seu comportamento alimentar.

4.1.2.2 Os profissionais que realizarão o atendimento precisam, obrigatoriamente, possuir registro ativo no Conselho Regional de Nutricionistas do Rio de Janeiro.

4.1.2.3 Deverá ser elaborado um plano alimentar individualizado, baseado nas preferências alimentares e de acordo com as necessidades fisiológicas, nutricionais e objetivos do usuário do serviço, bem como auxiliá-lo na construção de soluções referentes a habilidade culinária, comer emocional, restrição orçamentária, compra consciente e armazenamento.

4.1.2.4 O serviço deverá ser oferecido de segunda-feira a sexta-feira, entre 8h e 17h, mediante agendamento prévio pelo usuário, conforme disponibilidade verificada em calendário virtual, podendo vir a ser realizado, a critério da CONTRATANTE, por Teleatendimento (Online), utilizando de ferramentas de videoconferência.

4.1.2.5 Caso o serviço seja realizado via Teleatendimento, o usuário deverá receber mensagens com a confirmação do agendamento e com orientações quanto ao consentimento da realização da consulta mediada por tecnologia e o link para atendimento será disponibilizado na confirmação do agendamento, sendo apresentado ao usuário um tutorial com orientações sobre a instalação e uso do aplicativo via web.

4.1.2.6 Devem fazer parte do protocolo de prestação do serviço, cuidados éticos, legais e de segurança da informação, resguardando a privacidade do usuário e segurança dos dados, observando os preceitos estabelecidos pela LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e no caso de o atendimento ser virtual, medidas específicas relacionadas ao teleatendimento devem ser adotadas.

4.1.2.7 A CONTRATADA deverá se estruturar para oferecer pelo menos 80 agendamentos mensais considerando os 377 usuários potenciais, quantitativo estimado considerando a adesão projetada para Procuradores e Servidores, conforme estabelecido em Estudo



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Preliminar, que levou em consideração a autodeclaração de saúde do PNS 2019 – Pesquisa Nacional de Saúde.

4.1.2.8 Cada atendimento deverá ter a duração de 30 min e não poderá haver agendamento de consultas concomitantes

4.1.2.9 O atendimento deverá ser registrado em prontuário eletrônico próprio da CONTRATADA, resguardando os dados dos usuários utilizando-os exclusivamente para a promoção de sua saúde, sendo qualquer incidente relacionado, imediatamente comunicado à PGE-RJ.

4.1.2.10 Deverão ser emitidos relatórios trimestrais até o 5o (quinto) dia útil, com o número de atendimentos realizados, distribuição por CID-10 e encaminhamento, vedada a identificação nominal das pessoas, a fim de que seja possível à CONTRATADA acompanhar a evolução da saúde de seus Procuradores e Servidores.

4.1.2.11 Ao final de cada atendimento, o usuário deverá receber e-mail com pesquisa de satisfação, cujo resultado será encaminhado à CONTRATADA.

4.1.3 Treino Online

4.1.3.1 Consiste na orientação profissional e especializada de atividades físicas regulares contemplando avaliação física individualizada, prescrição de exercícios físicos e monitoramento de indicadores de saúde de acordo com seu objetivo e atividade escolhida.

4.1.3.2 Os profissionais que realizarão o atendimento precisam, obrigatoriamente, possuir registro ativo na entidade profissional competente.

4.1.3.3 As aulas serão realizadas nos dias pré-determinados e o aluno que determinará o horário em que vai realizar a aula.

4.1.3.4 O aluno responderá a alguns questionários sobre estilo de vida e saúde antes de ter acesso as aulas.

4.1.3.5 O Professor fará a prescrição semanalmente, respeitando e adaptando o treino conforme função exercida.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

4.1.3.6 O Professor produzirá material explicativo (vídeos, fotos e ou ilustrações), para orientar a execução correta do exercício.

4.1.3.7 A CONTRATADA deverá se estruturar para oferecer pelo menos 80 atendimentos mensais considerando os 377 usuários potenciais, quantitativo estimado considerando a adesão projetada para Procuradores e Servidores, conforme estabelecido em Estudo Preliminar, que levou em consideração a autodeclaração de saúde do PNS 2019 – Pesquisa Nacional de Saúde.

4.1.3.8 Deverão ser ofertadas diferentes modalidades que poderão ser usufruídas pelos usuários conforme seu objetivo de maneira isolada ou concomitante, dentre as listadas a seguir:

4.1.3.8.1 Ginástica laboral - com no mínimo 10 minutos de duração por aula. Aula gravada e acessada por plataforma digital.

4.1.3.8.2 Treino do dia - com no mínimo 20 minutos de duração por aula. Aula prescrita através de vídeo, foto e ou GIF acessada por plataforma digital.

4.1.3.8.3 Ginástica Localizada - com no mínimo 40 minutos de duração por aula. Aula prescrita por meio de foto e ou GIF acessada por plataforma digital.

4.1.3.8.4 Treino de corrida - com no mínimo 40 minutos de duração por aula. Aula prescrita por meio de planilha de treino acessada por plataforma digital.

4.1.3.8.5 Yoga - com no mínimo 30 minutos de duração por aula. Aula prescrita por meio de vídeo, foto e ou GIF acessada por plataforma digital.

4.1.3.8.6 Meditação - com no mínimo 10 minutos de duração por aula. Aula prescrita por meio de vídeo acessada por plataforma digital.

4.1.3.9 Deverão ser emitidos relatórios trimestrais até o 5o (quinto) dia útil, com o número de atendimentos realizados e as modalidades usufruídas vedada a identificação nominal das pessoas, a fim de que seja possível à CONTRATADA acompanhar a evolução da saúde de seus Procuradores e Servidores.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

4.2 A CONTRATADA deverá emitir relatórios sobre a prestação dos serviços até o 5o (quinto) dia útil de cada mês tendo como base os serviços prestados, oferecendo informações gerenciais e indicadores institucionais.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

5.1 Considerou-se como premissas para a contratação em tela buscar a melhor conveniência para o usuário, a eventual complementaridade entre os diferentes serviços a serem oferecidos e a maior segurança na preservação dos dados sensíveis dos usuários caso haja um contratado único.

5.2 Quanto à conveniência, é de se esperar maior uniformidade de procedimentos para marcação de consulta e registro dos atendimentos para os diferentes serviços.

5.3 Observa-se também que cada um dos serviços a serem oferecidos ganha efetividade casos os demais ocorram em paralelo, pressupondo-se a possibilidade de intercambialidade de informações e orientações.

5.4 Por fim, ainda que sejam exigidos protocolos estritos de cada um dos prestadores de serviços no que diz respeito à segurança da informação, gerenciar e fiscalizar um único prestador de serviço pode contribuir para a preservação dos dados sensíveis dos usuários.

6. DO TRATAMENTO DOS DADOS

6.1 A prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência deverá seguir as normas previstas no Código de Ética Médica relativas à utilização de dados e informações conforme Resolução no 2.217 de 27 de setembro de 2018, bem como o disposto sobre a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente conforme a Lei no 13.787, de 27 de dezembro de 2018.

6.2 Deve ser dado tratamento especial aos dados e informações dos usuários, conforme estabelecido na Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018, tendo em vista que os mesmos são categorizados como “dados pessoais sensíveis”.

7. DO PRAZO

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data constante do Memorando de Início de Serviços, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

7.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, inciso II da Lei no. 8.666/93, desde que a proposta da Contratada seja mais vantajosa para o Contratante.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1 Deverão ser apresentados atestado(s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em quantidade, qualidade e prazo com o objeto da presente licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e já executadas por menos 12 (doze) meses. Este documento deverá conter o local, prazos, natureza, volume, quantidade, e outras características do serviço a que se refere o presente Termo de Referência.

8.2 Também deverá ser apresentada Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do(s) responsável(is) técnico(s), pela execução dos serviços, assinada por todos os indicados e pelo representante legal da licitante. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior, comprovadamente registrados em seus respectivos conselhos, com uma das seguintes formações: médico, nutricionista, educador físico e psicólogo.

8.3 O(s) responsável(is) técnico(s) exigido(s) deverá(ao) fazer parte do quadro técnico “permanente” da empresa.

8.4 A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de emprego, da(s) Certidão(ões) de Registro da Entidade Competente, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, considerando-se o prazo máximo razoável para tanto.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

9.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos deste Termo de Referência e da legislação vigente.

9.1.2 Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

9.1.3 Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços, preposto(s) para representar administrativamente sempre que for necessário e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, indicando: nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone.

9.1.4 A designação de preposto(s) deverá ser acompanhada do nome completo, qualificação, endereço, inclusive eletrônico, além do número de telefone, visando o acompanhamento da Fiscalização do Contrato, que fará constar todos esses dados no Livro de Ocorrências.

9.1.5 Responder pelos atos e omissões de seu(s) preposto(s), empregados, e demais pessoas que utilizar na execução dos serviços contratados.

9.1.6 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

9.1.7 A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previstos neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenciam, greve, demissão de empregados etc.

9.1.8 Reparar, corrigir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular.

9.1.9 Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

9.1.10 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.

9.1.11 Garantir o necessário suporte para implementação e operacionalização de tecnologias que venham a ser empregadas durante a execução do serviço.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

9.1.12 Cumprir todas as obrigações e os encargos sociais e trabalhistas e, além disso, demonstrar o seu adimplemento, na forma do instrumento contratual.

9.1.13 Observar os preceitos estabelecidos na LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

10.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei no 8.666/93.

10.1.3 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;

10.1.4 Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que sejam pertinentes à execução do presente contrato;

10.1.5 Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

10.1.6 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas Cláusulas do Contrato.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

11.2 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

11.3 A Fiscalização da CONTRATADA anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

falhas ou impropriedades observadas.

11.4 As decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização da CONTRATANTE deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

11.5 A fiscalização da CONTRATANTE poderá solicitar a interrupção de qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com a especificação técnica, requerendo a retomada da prestação dentro do especificado.

11.6 A existência ou eventual omissão da fiscalização por parte da CONTRATANTE, de modo algum atenua ou exime de responsabilidade a CONTRATADA por qualquer inexecução na prestação dos serviços.

12. VALORES ESTIMADOS

12.1 – Os serviços a serem prestados são estimados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

12.2 No preço contido na proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos ao fornecimento e prestação de serviços do objeto do contrato como: equipamentos técnicos e tecnológicos, transmissão de dados, tarifas públicas, contratos, correspondências, despesas relativas a postagens e entregas, assistência técnica, fretes, seguros, pessoal, encargos sociais trabalhistas e previdenciários, tributos, ou outros decorrentes ou necessários ao cumprimento integral do objeto da presente licitação, devendo toda e qualquer tipo de despesa estar compreendida no valor proposto, a título de taxa de administração.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1 Exigir-se-á da CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contado da data de recebimento da via do contrato assinada, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

13.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

13.3 Contratados inadimplentes estão sujeitos às penalidades previstas na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, oportunidade



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

em que a Contratada inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no artigo 87 da Lei no 8.666/93.

13.4 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira Contratada pelo Estado (atualmente Banco Bradesco S/A), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

14.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data final do período de adimplemento desta prestação de serviço.

14.3 Considera-se adimplemento o cumprimento integral da prestação do serviço com a execução do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

14.4 A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

14.5 Em caso de erro, a fatura será devolvida à Contratada, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

14.6 Os pagamentos devidos à Contratada não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

15. DAS PENALIDADES

15.1 No caso de atraso injustificado ou, inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal no 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

15.2 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.o 3.149/80.

15.3 Os contratados inadimplentes estão sujeitos às penalidades previstas na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, oportunidade em que a Contratada inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no artigo 87 da Lei no 8.666/93.

15.4 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto n.o 3.149/80.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – FUNPERJ e estarão vinculados à seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte
09610.1.03.122.0002.2016	3390.39.82	1.501.230/1.753.232/ 2.501.230/2.753.232

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

17.2 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

17.3 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.

17.4 Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento de materiais ou serviços devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

17.5 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por “serviços novos, extras ou adicionais”.

17.6 Considerar-se-á a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.